

## O POSITIVISMO E A IMAGEM DO ÍNDIO NO JORNAL *A FEDERAÇÃO*

Cíntia Régia Rodrigues<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visa apresentar a imagem do Índio no jornal *A Federação* no período que se estende de 1884, ano da fundação do jornal até 1910, quando da criação do SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais). Entende-se por imagem um conteúdo específico do imaginário projetado com base em um objeto. O jornal *A Federação* era um órgão do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e suas bases estavam alicerçadas no positivismo. Pretende-se vislumbrar as notícias vinculadas no jornal a respeito dos indígenas, uma vez que o PRR utilizava o jornal para disseminar os ideais comteanos. **Palavras Chave:** ÍNDIO - IMAGEM – IMPRENSA- POSITIVISMO

Com a efetiva Proclamação da República, ressurgiu a questão da nacionalidade. Uma vez que esta esteve adormecida desde a Independência do Brasil em 1822, quando os holofotes ideológicos voltaram-se para a construção de uma nação moderna, independente, voltada para os ideais da Revolução Francesa: “a uma nação deve corresponder um único povo”. Nesse sentido, também a preocupação prática esteve alicerçada na conquista do território e no próprio avanço da sociedade nacional, buscando-se construir um Estado homogêneo que não se fracionasse, ao contrário daquilo que estava acontecendo nos Estados oriundos do Império colonial espanhol.<sup>2</sup>

A partir do processo de construção da República no Brasil a questão indígena voltou a ficar em evidência. Em função da instauração do regime republicano a discussão em torno da “identidade nacional” e do “projeto nacional” ganhou um novo impulso. Como a nacionalidade volta a ser palco de discussão, a retomada da questão indígena é favorecida.

Neste âmbito, um grupo de pensadores, os positivistas,<sup>3</sup> foi de extrema importância, uma vez que ergueu a bandeira em favor da causa indígena, a partir de seus preceitos. Cabe lembrar que com a instauração da República, os positivistas detinham uma certa influência entre os militares, pois os preceitos comteanos eram apreciados por estes, além de muitos militares seguirem os ideais de Comte. Deste modo, surgiu, a partir do Apostolado Positivista do

Brasil, a única proposta encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte, em 1891, que pretendia estabelecer os direitos dos índios:

*1. Os Estados Ocidentais Brasileiros sistematicamente confederados e que provêm da fusão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborígene.*

*11. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas ordas fetichistas esparsas pelo território de toda a República. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistozas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido. (Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, Bases de uma Constituição política ditatorial federativa para a República Brasileira, 1890.)<sup>4</sup>*

A proposta acima descrita detém o reconhecimento da soberania indígena, sendo que, neste período, estruturara-se inúmeros artigos acerca do tema pelos representantes do Apostolado Positivista, dentre eles destaca-se Miguel Lemos, que foi presidente da Igreja Positivista do Brasil<sup>5</sup> (IPB) no período de 11 de maio de 1881 até o seu afastamento que ocorreu em 1903, sendo que então, assume, na qualidade de vice-diretor da IPB, Teixeira Mendes ficando no cargo até o ano de 1927.

Os positivistas acreditavam que as nações indígenas eram livres, como quaisquer outras:

*Urge, segundo os ditames da oral e da razão, (...) as tribus selvagens devem, pois, constituir nações livres, cujos territórios cumpre-nos escrupulosamente respeitar e cuja amizade devemos procurar com lealdade. (R. Teixeira Mendes, Ainda os Indígenas do Brasil e a Política Moderna. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1908, p. 8).<sup>6</sup>*

Apesar de toda a campanha dos positivistas em prol dos indígenas, nenhuma de suas prerrogativas foram consolidadas na Constituição Federal em 1891, tanto que o índio nem foi citado<sup>7</sup>, assim também na Constituição regional foram nulas as prerrogativas indígenas. Na lei máxima do país, em seu artigo 64, tratava-se das terras devolutas. Estas poderiam ser repassadas para os Estados federados, desde que fossem reservadas ao governo federal as terras necessárias para a defesa das fronteiras brasileiras.

O Rio Grande do Sul, no entanto, era um estado distinto dos demais em relação ao trato com os indígenas, nos primeiros vinte anos da República, como destaca Ribeiro:

*Só uma unidade da Federação, o Rio Grande do Sul, criara um serviço de assistência aos índios para substituir a repartição oficial que, no Império, cuidava do problema. Assim os índios do Sul tiveram suas terras asseguradas e um mínimo de assistência.<sup>8</sup>*

Conforme destaca Ribeiro, o Rio Grande do Sul foi o único estado da federação que criou um órgão, que entre outras incumbências era responsável pela questão indígena. A Diretoria de Terras de Colonização, submetida a Secretaria das Obras Públicas, organizou a “Protecção Fraternal aos Indígenas do Rio Grande do Sul”. Esta foi criada em 1908 pelo governador do estado do Rio Grande do Sul, o então Presidente Carlos Barbosa Gonçalves<sup>9</sup>. Este órgão foi, portanto, criado antes da estruturação do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, que se deu em 1910. Para assumir o cargo de chefe do novo órgão, foi convidado o engenheiro Carlos Torres Gonçalves, que, desde 1899, já ocupava um cargo na Secretaria das Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Pezat<sup>10</sup>, sabe-se que tanto o Presidente do estado do Rio Grande do Sul, quanto Torres Gonçalves seguiam os preceitos de Augusto Comte. Também tem-se presente que a referida Diretoria era bastante atuante, pelo menos nos primeiros anos de sua existência. Durante os primeiros anos da década de 1910, Torres Gonçalves procurou demarcar as terras dos 12 toldos<sup>11</sup> indígenas existentes no Rio Grande do Sul. Os toldos eram os seguintes: toldo do Inhacorá, Guarita, Nonohay e Serrinha (localizados no município de Palmeira das Missões); os toldos de: Fachinal e Caseros (localizados em Lagoa Vermelha), o toldo de Lagoão (localizado em Soledade) e os toldos de: Carreteiro, Ventarra, Erechim, Votouro, e o toldo de Ligeiro (localizados em Passo Fundo). O toldo de Ligeiro era o único que, estava submetido diretamente ao SPILTN.

A Diretoria de Terras e Colonização procurava, portanto, demarcar as terras indígenas a partir das suas comissões de terras espalhadas pela região norte do estado. O governo estadual viabilizava verbas para o empreendimento das demarcações de terras afim de manter o controle da demarcação das terras no RS para que o governo federal não tomasse a frente, devido a eminência da efetiva instalação do SPILTN.

Com avanço das frentes nacionais e as melhorias nos setores dos transportes e comunicações, não tardaram as inúmeras reclamações por parte de nacionais quanto aos encontros com os índios, principalmente nas construções de linhas ferroviárias, onde os assaltos e morticídios cometidos pelos índios, entre outros, eram freqüentes. Estes dois últimos foram amplamente relatados na imprensa sul-riograndense, mesmo tratando-se em sua maioria de notícias de fora do Estado.

É pertinente destacar-se que no Rio Grande do Sul, o positivismo foi largamente codificado pelo PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), principalmente a partir de 1882. Em 1883, mediante o primeiro congresso realizado, decidem por criar um jornal oficial do partido e, em princípio de 1884, começa a circular, *A Federação*, sendo que os positivistas acreditavam que os indígenas pudessem ser civilizados, e iriam sair do estado de fetichismo.

O jornal *A Federação*<sup>12</sup>, nasceu em Porto Alegre em 1º de janeiro de 1884 e circulou até o ano de 1937. Este jornal era um órgão do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) e suas bases estavam alicerçadas no positivismo. O PRR utilizava o jornal para disseminar seus ideais positivistas. *A Federação* articulava, em suas publicações, questões políticas ligadas ao Estado e ao país, além de apresentar as ocorrências policiais, trazendo ainda alguns anúncios, geralmente para vender e comprar escravos.

Nesse jornal encontra-se notícias referentes ao indígena de todas as partes do Brasil, e não apenas do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, o maior número de ocorrências advém de outros Estados, no caso específico sul-riograndense, havia poucas chamadas.<sup>13</sup> Dos outros Estados da União encontrou-se 37 notícias referente aos indígenas, já no Rio Grande do Sul, encontrou-se 7 notícias. Dentre o período de 1884 a 1910, encontrou-se então, 44 chamadas ao total.

Entende-se por imagem um conteúdo específico do imaginário projetado com base em um objeto, isto é, “Para que a haja a possibilidade da projeção do imaginário, é necessária a existência de um objeto que sirva como “gancho”, sobre o qual o conteúdo do imaginário se

projetará, formando a imagem (Imago), que é distinta do objeto, abrindo uma das vias das construções das representações.”<sup>14</sup> Segundo Litaiff, “As representações (como “estar em lugar de”) ou símbolos, são imagens das idéias (conscientes ou não) que os indivíduos têm de si mesmos e de suas relações.”<sup>15</sup>

No período trabalhado, que corresponde de 1884 a 1910, na imprensa sul-riograndense, nota-se claramente no jornal pesquisado, *A Federação* que foram construídas imagens sobre as populações nativas, estas perpassadas ao longo do tempo, as duas imagens em questão: o Bom selvagem, aquele que detinha qualidades e estava na infância da humanidade, estando subjugado perante a sociedade, e o Mau selvagem, este que matava, agredia, e era um empecilho ao desenvolvimento da sociedade e retardava o progresso em todos os aspectos, mas principalmente no econômico, pois não trazia nenhum benefício à sociedade.

*A Federação* firmava suas raízes na ideologia positivista, sendo que foram detectadas no jornal 33 notícias que se enquadravam nos preceitos comteanos em relação ao indígena, sendo que o período pesquisado vai de 1884 a 1910, quando se cria o SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais).

O PRR utilizou-se do jornal para tratar sobre o órgão criado em 1908 (Diretoria de Terras e Colonização):

*O nosso amigo dr. Carlos Torres Gonçalves, director da Diretoria de Terras e Colonização, já fez entrega ao nosso amigo dr. Candido de Godoy, secretario das Obras Publicas do seu copioso e interessante relatorio sobre os indigenas do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, que consta de muitas paginas, vem tratando desenvolidamente os toldos do rio Ligeiro e Fachinal relação entre os occidentaes e os indigenas, informações sobre a vida e os costumes delles, situação e população dos diversos toldos do Estado, que o dr. Torres Gonçalves calcula, pelos dados que colheu na sua recente visita aos toldos, em cerca de 300 habitantes(...).*<sup>16</sup>

A efetiva criação do SPILT em 1910, vem unir-se dentro de uma proposta, uma política nacional para os indígenas que, deveria acabar com o problema fundiário, aldeando-os e assim abrindo espaço para as frentes nacionais e aos propósitos positivistas de civilização do índio. Neste âmbito abriu-se um grande espaço na primeira página da *A Federação* para os

pronunciamentos do representante do governo federal e do presidente do SPILT, Rondon<sup>17</sup>, dentre outros.

Este jornal abria espaço para fatos importantes, como à solicitação dos índios ao governo federal ou estadual, de providências contra invasões de colonos em locais habitados pelos mesmos. Pois, como citado anteriormente, o avanço da sociedade nacional fez com que os índios, gradativamente, fossem rechaçados das terras que ocupavam. A seguir elenca-se um apelo indígena ao Estado referente ao fato acima mencionado:

*Achavam-se em São Paulo, há dias índios da tribo guarany, que vivem no antigo aldeamento de São João Baptista do Rio Verde, proximo a Itaporanga. Elles foram, com o seu chefe, falar ao dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado, afim de solicitar auxilios de modo a não serem perturbados na posse dos terrenos que cultivam e onde vivem. Queixam-se os índios guaranys de ainda não terem podido falar com o presidente – o seu maior desejo; confiavam em que, falando directamente a s. ex., teriam as providencias que desejavam.(...). O aldeamento conta cerca de 800 pessoas que se mostram descontentes com as auctoridades.<sup>18</sup>*

Conforme constatado no jornal pesquisado, o índio poderia tornar-se “civilizado” tendo bons exemplos de brancos:

*Noticiam de Curitiba que o colono, de nome Gregorio Delai, residente em prudentópolis, declarou pela imprensa que desde o começo do ano de 1907 até agora foi prisioneiro dos índios Botocudos. Foi apanhado pelos indígenas quando trabalhava na linha sul da estrada de ferro do Paraná. Gregorio Delai affirma que foi muito bem tratado pelos índios, com os quais viveu até maio próximo passado, isto é, mais de dois anos. Consegui até mudar-lhes os hábitos, com toda a facilidade. Contou ainda que, com as ultimas caçadas feitas aos índios, estes se exasperaram muito, pois, são geralmente pacificos e generosos.<sup>19</sup>*

A imagem do Mau Selvagem também foi perpassada pelo jornal *A Federação*. Foi encontrada uma passagem cruel, em que os índios atacam para matar:

*Noticiam de Belém, no Pará, que os índios tapajós trucidaram o collecter das rendas federaes em Matto Grosso Thomaz Carneiro, o alferes Ernesto Carnerio, commandante do destacamento, cinco praças deste e uma mulher. Depois de fazerem uso das flechas, arrancaram a facção os intestinos das victimas.<sup>20</sup>*

A partir da efetiva instalação da República, anterior a criação do SPILT, portanto, o governo federal, organizado em uma federação, delegava aos Estados uma maior autonomia, não estando, porém, totalmente alheio às questões indígenas, mesmo que a maioria dos problemas em relação aos indígenas ainda fossem mais discutidos em níveis estaduais. Cabe

ressaltar que todos os Ministérios Federais estiveram envolvidos de alguma forma com os assuntos referentes aos silvícolas, isso se explica devido aos desentendimentos ocorridos na questão fundiária, ligados diretamente à questão indígena. Eram constantes os confrontos entre os colonos e os indígenas, uma vez que, com o término da escravidão no Brasil, os imigrantes eram os trabalhadores em potencial, sendo que muitos destes adquiriram terras com o governo federal, passando por cima dos índios. Afinal, os indígenas não eram entendidos como trabalhadores em potencial, pois, devido ao seu modo de vida, não estavam preparados para juntar-se as fileiras da expansão da sociedade nacional, pelo menos até a efetiva instalação do SPILTN.

A considerada pouca atuação da política federal referente ao indígena apresentada nos primeiros anos republicanos, aliada às constantes reivindicações dos positivistas, desencadearia uma política indigenista oficial que pretendia proteger e ou integrar, os índios frente ao processo de expansão nacional. Esta política foi empreendida por um seguidor de Augusto Comte, o positivista Marechal Rondon. Segundo Ribeiro, a feição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso.<sup>21</sup>

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) é criado em 20 de junho de 1910 pelo decreto nº 8072 estabelecendo uma política em defesa e integração do índio. O SPILTN já fora determinado em 1906, mas efetivado apenas em 1910.<sup>22</sup>

Deve-se ter presente que, em função dos constantes conflitos entre índios e colonos, o governo federal procurou amenizar estes confrontos a partir da efetivação deste órgão e, também, cedendo a setores da sociedade, os positivistas, que protestavam quanto às condições dos indígenas. Conforme Marés <sup>23</sup>, com a criação do SPILTN, “o governo republicano deu início a uma nova era nas relações entre o índio e o Estado”.

#### Notas

<sup>1</sup> Mestre e Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Docente do curso de História das Faculdades FACVEST – Lages/SC.

<sup>2</sup> Carvalho destaca em sua obra as opções políticas escolhidas para o Brasil e América Espanhola. Ver CARVALHO, José Murilo de. *Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

<sup>3</sup> Conforme Ribeiro, os positivistas estão “baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente. Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa “fetichista” do desenvolvimento do espírito humano, eram susceptíveis de progredir industrialmente”. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1986, p.134. Ver PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 430.

<sup>4</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio - Ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 71-72.

<sup>5</sup> Conforme PEZAT a denominação do Apostolado Positivista foi modificada ao longo do tempo. PEZAT, op. cit., 1997, p. 78.

<sup>6</sup> CUNHA, op. cit., 1987, p. 72.

<sup>7</sup> Ribeiro ressalta “Nos primeiros vinte anos de vida republicana nada se fez para regulamentar as relações com os índios, embora nesse mesmo período a abertura de ferrovias através da mata, a navegação dos rios por barcos a vapor, a travessia dos sertões por linhas telegráficas, houvessem aberto muitas frentes de luta contra os índios, liquidando as últimas possibilidades de sobrevivência autônoma de diversos grupos tribais até então independentes”. RIBEIRO, op. cit., 1986, p. 127.

<sup>8</sup> RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1962, p. 01.

<sup>9</sup> O Presidente do Estado fica no cargo de 25 de janeiro de 1908 a 25 de janeiro de 1913. COSTA e SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.

<sup>10</sup> PEZAT, op. cit., 1997, p. 430.

<sup>11</sup> São aldeamentos indígenas assistidos pelo estado do Rio Grande do Sul, sobre os quais o estado era responsável por protegê-los. Informações sobre os toldos podem ser encontradas no AHRGS, no Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas.

<sup>12</sup> De acordo com Silva, o Jornal A Federação foi fundado por Venâncio Aires(...). Lembra que “O jornal esteve sempre voltado para os ideias republicanos, por isto é considerado um continuador das aspirações dos revolucionários de 1835, tendo sido um dos poucos em que a data farroupinha foi sempre lembrada.” SILVA, Jandira M. M. da et. al. *Breve histórico da imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 271. Conforme Sodré, A Federação “órgão republicano com papel político muito importante, em cujas colunas se refletiram alguns dos principais episódios da Questão Militar”. SODRÉ, Nelson Weneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 264.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Cíntia Régia. *Os Índios e Imigrantes: Aspectos Legislativos na Província de São Pedro (1800-1850)*. 1999. Trabalho de Conclusão (Curso de História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

<sup>14</sup> CALEFFI, Paula. A Identidade Atribuída: um estudo da Historiografia sobre o índio. *Estudos Leopoldenses: Série História*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 50-64, 1997, p. 50.

<sup>15</sup> LITAIFF, Aldo. *As Divinas Palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996, p. 20.

<sup>16</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 140, 18 de junho de 1910.

<sup>17</sup> O Marechal Cândido Rondon, devido aos trabalhos realizados em 1906-1909, nas Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, quando do contato com os indígenas, sua figura deteve uma grande amplitude em âmbito nacional, sendo inclusive chamado para se tornar presidente do SPILTN, em 1910. Neste mesmo ano, foram publicadas na imprensa, no Jornal *A Federação*, pareceres de Rondon ao governo federal quanto aos índios.

<sup>18</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 99, 29 de abril de 1903.

<sup>19</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 207, 06 de setembro de 1909.

<sup>20</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 33, 07 de fevereiro de 1903.

<sup>21</sup> RIBEIRO, op. cit., 1962, p. 135.

<sup>22</sup> Conforme Lima, a intenção de se criar um serviço para catequese e civilização dos índios já havia sido decretado em 1906, pelo MAIC (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio). LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz – poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 113.

<sup>23</sup> MARÉS, Carlos Frederico. Da Tirania à tolerância. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 53-81 p.57.